

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONOMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**ISOLDE BECKER**

**A IMPORTÂNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NA AGRICULTURA ORGÂNICA**

**FLORIANÓPOLIS  
2009**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONOMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**A IMPORTÂNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NA AGRICULTURA ORGÂNICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Economia da Universidade  
Federal de Santa Catarina, para obtenção do  
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Armando Lisboa

FLORIANÓPOLIS

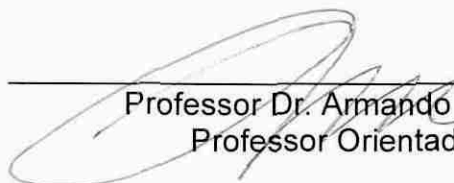
2009

ISOLDE BECKER

**A IMPORTÂNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NA AGRICULTURA ORGÂNICA**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

A Comissão Examinadora é Integrada pelos membros:




---

Professor Dr. Armando Lisboa  
Professor Orientador



---

Professor Francisco Gelinski Neto  
1º Membro da Banca



---

Professor Fernando Seabra  
2º Membro da Banca

Dedico este trabalho aos meus pais, que  
tanto almejaram este momento comigo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me oportunizado a vida e a convivência com os demais.

Posteriormente agradeço imensamente aos meus pais por todo carinho, afeto e ternura.

Enfim, agradeço.

BECKER, Isolde. **A importância do agricultor familiar na agricultura orgânica.** Trabalho de Conclusão de Curso em Economia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

## RESUMO

O dinamismo de certas regiões rurais demonstra que a ruralidade não é em si um obstáculo à criação de empregos e desenvolvimento. No Brasil, as políticas dedicadas a tratar das questões ambientais, de desenvolvimento rural e da produção agrícola começam a surgir com a abertura da economia e a desregulação, o que provocou uma profunda transformação na forma de operar da agroindústria familiar rural a partir dos anos 90. Os incentivos são através das diversas linhas crédito rural, qualificação de mão de obra, apoio técnico e tecnológico mas as dificuldades ainda são muitas. Desenvolvimento sustentável é aquele capaz de garantir as necessidades das gerações futuras. O desenvolvimento sustentável surge para tornar compatível níveis de consumo que satisfazem as necessidades de toda a humanidade, dentro dos limites ecologicamente possíveis. A agricultura orgânica se define como o manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, permita projetar métodos de desenvolvimento sustentável.

**Palavras-Chave:** Produção agrícola. Agroindústria. Agricultura orgânica.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
1.1	OBJETIVO GERAL.....	8
1.2	OBJETIVOS ESPECIFICOS .....	8
1.3	PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS .....	8
<b>2</b>	<b>CARACTERISTICAS DO ESPAÇO RURAL.....</b>	<b>9</b>
2.1	CAPITAL SOCIAL.....	10
2.2	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL .....	11
2.3	EMPRESAS AGROALIMENTARES .....	12
2.4	ESTRATÉGIAS DAS AGROINDÚSTRIAS .....	13
<b>3</b>	<b>POLITICAS AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO RURAL.....</b>	<b>16</b>
3.1	O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL .....	17
3.2	AGRICULTURA E SUSTENTABILIDADE .....	18
<b>4</b>	<b>A AGRICULTURA FAMILIAR.....</b>	<b>21</b>
4.1	A TRAJETÓRIA RECENTE DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL.....	25
<b>5</b>	<b>AGRICULTURA ORGÂNICA .....</b>	<b>30</b>
5.1	O PAPEL DAS ONGS NA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL .....	34
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>41</b>
	<b>REFERENCIA BIBLIOGRAFICA .....</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A ocupação agrícola, mesmo nas regiões mais rurais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), encontra-se em queda relativa, porém algumas regiões rurais fazem parte das zonas mais dinâmicas no interior dos países membros da OCDE.

O dinamismo de certas regiões rurais demonstra que a ruralidade não é em si um obstáculo à criação de empregos. Na visão onde o pensamento social voltava-se fundamentalmente ao processo de industrialização, a fraca densidade de população e a distância são frequentemente consideradas obstáculos ao desenvolvimento rural. O meio rural corresponde aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades e sua emancipação social passa a ser vista - de maneira distorcida - como "urbanização do campo" (ABRAMOVAY, 2003).

Trabalhos europeus, norte-americanos e tentativas mais recentes da Divisão de Desenvolvimento Rural da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/DAS, 1998) para a América Latina possuem um traço comum: "o rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades." (ABRAMOVAY, 2003, p. 20).

Toda a atividade econômica e a vida social vão concentrar-se nas cidades, mesmo que haja boas razões para que aí se localizem os mercados mais dinâmicos e o que há de mais significativo em termos de processos de inovação.

Se o meio rural for a expressão do que resta das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua decadência e pobreza. Quando as regiões rurais forem capacitadas a preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às suas cidades, então a noção de *desenvolvimento* poderá ser aplicada ao meio rural.



## 1.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar fatores que demonstrem a importância dos produtores da agricultura familiar para o atual cenário agrícola, abordando a sustentabilidade e agroecologia.

## 1.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Descrever a relação do agricultor familiar e a agricultura tradicional;
- Avaliar a relação da agricultura orgânica familiar e a sustentabilidade da agroecologia.

## 1.3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Para cumprimento dos objetivos deste trabalho de monografia foram realizadas pesquisas de natureza qualitativa. Com a importância da permanência dos agricultores familiares no campo.

Os procedimentos técnicos foram pautados em pesquisas bibliográficas, através de literatura específica relacionada ao tema, sendo assim foram utilizadas livros, artigos e sites relacionados ao tema.

## 2 CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO RURAL

A maneira como se quantifica o meio rural responde a tradições nacionais que, muitas vezes, remontam a séculos.

Para Abramovay (2003), a ruralidade supõe contato muito mais imediato dos habitantes locais com o meio natural do que nos centros urbanos, esta relação com a natureza é ambígua e, na maior parte dos casos, idealizada. Essa ênfase é adequada às situações em que o peso da agricultura na ocupação e na formação da renda rural já é muito baixo. a relação com a natureza emerge como um valor ético ou afetivo, e também como a mais promissora fonte de geração de renda rural nos Estados Unidos.

Na Europa, a associação entre ruralidade e espaços naturais é ainda mais nítida que nos Estados Unidos. As questões de natureza ambiental são hoje cruciais na reforma da política agrícola comum.

“A preservação do tecido natural em que se apoia a agricultura é uma das mais importantes preocupações das políticas públicas europeias nesta área” (ABRAMOVAY, 2003, p.27).

No Brasil são cada vez mais frequentes as iniciativas voltadas para a preservação dos recursos necessários à continuidade da produção agropecuária, e o surgimento de ações locais visando à preservação ambiental, independentemente de sua influência imediata sobre a produção agropecuária. São hoje bastante significativas as organizações de consórcios municipais visando à montagem de comitês de bacias hidrográficas e à preservação da qualidade da água.

As políticas e as práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade vão ganhando força à medida que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado.

Na definição européia, o mundo rural engloba regiões com atividades diversas e os espaços naturais e cultivados, os povoados, aldeias, pequenas cidades e centros regionais assim como as zonas rurais industrializadas. Estas definições apóiam-se, etimologicamente, na palavra latina *rus*, que significa “espaço aberto” (ABRAMOVAY, 2003).

Outro aspecto na definição de ruralidade é a relação com outros seres humanos. Se por um lado, a dispersão populacional representa um sério limite ao aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento, aí se concentrem os piores indicadores sociais e uma situação demográfica muitas vezes preocupante. A relação com a natureza e a dispersão populacional podem, pela oposição aos transtornos e à insegurança da vida urbana, ser um dos fatores que produzem mundialmente um movimento migratório, para áreas não-densamente povoadas. Por outro lado, nas áreas não-densamente povoadas é, com frequência, menor o sentimento de solidão trazido pelo anonimato da vida metropolitana, pois podem representar a recuperação e o reforço de relações de proximidade familiar, comunitária e de vizinhança.

Relação com as cidades - as áreas rurais mais prósperas tem estreitos laços econômicos com outras partes do mundo e com grandes centros urbanos. Não existe uma definição unitária de "meio rural", tampouco pode-se definir as "cidades". A diferença de "importância" entre as diversas cidades faz com que se estabeleçam patamares populacionais ou de densidade econômica como limites para sua definição. As áreas rurais são sempre polarizadas por pequenos ou médios assentamentos onde se concentram alguns serviços e infra-estrutura básica (ABRAMOVAY, 2003).

## 2.1 CAPITAL SOCIAL

Segundo Coleman (1990, p. 302): "o capital social é uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura".

Para o núcleo de estudos NEAD/MDA (2000) O capital social aparece então como instrumento para a solução dos dilemas da ação coletiva, e corresponde a recursos cujo uso abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de uma determinada região, serve como uma espécie de garantia,

estando disponível para os que não têm acesso aos mercados de crédito regulares. Não dispondo de bens físicos para dar em garantia, os participantes empenham suas relações sociais.

Abramovay (2003, p. 87) afirma que a confiança, que está na raiz da acumulação de capital social, não pode ser reduzida à relação entre dois ou mais indivíduos: "é errado tratar a confiança apenas em termos de expectativas psicológicas, 'jogos repetidos' ou como condição sustentada, apenas enquanto sirva os propósitos das pessoas em interação - por exemplo, para reduzir custos de transação - e da qual elas desistirão assim que não sirva mais seus propósitos".

O capital social, ensina Coleman (1990, p. 302), "não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura". O capital social, neste sentido, é produtivo, já que ele torna possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência. Quando, por exemplo, agricultores formam um fundo de aval que lhes permite acesso a recursos bancários que, individualmente lhes seriam negados, as relações de confiança entre eles e com os próprios bancos podem ser consideradas como um ativo social capaz de propiciar geração de renda.

"O capital social corresponde a recursos cujo uso abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de uma determinada região" (ABRAMOVAY, 2003, p. 86).

## 2.2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O Desenvolvimento territorial caracteriza-se pela existência, num certo território, de um conjunto diversificado de empresas de porte familiar, um ambiente de inovações e de troca de informações entre indivíduos e empresas, integração entre empresas e indivíduos urbanos e rurais.

Um ambiente de cooperação entre empresas, seja para troca de informações, da preocupação comum com a formação dos trabalhadores, com a implantação dos serviços indispensáveis ao seu funcionamento e com a qualidade de vida numa certa região - é uma das bases essenciais para o processo de desenvolvimento.

Quando o meio rural é encarado como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados. O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas as protagonistas centrais da construção dos novos territórios (NEAD/MDA, 2000).

## 2.3 EMPRESAS AGROALIMENTARES

As grandes empresas agroalimentares convencionais do complexo de carne iniciaram sua atuação como pequenos estabelecimentos comerciais operando com produtos agropecuários provenientes dos excedentes produzidos pela agricultura familiar (MIOR, 2005).

O mesmo autor ainda relata que nos anos 40 e 50, passaram à etapa de abate de suínos e ao processamento de carne suína, que, em seguida, foi ocupando espaço no mercado nacional. Nos anos 70 iniciou-se a atividade de produção integrada de aves, e as primeiras exportações. A produção de aves tornou-se o segmento mais dinâmico da economia regional, ligada aos mercados nacional e externo, hoje a cadeia de produção de aves catarinense disputa mercados internacionais com países como os Estados Unidos e França.

A reestruturação agroindustrial na região, desde os anos 90, pode ser vista como um corolário da primeira reestruturação industrial que ocorreu no final dos anos 70, quando uma série de pequenos frigoríficos foi adquirida pelas grandes empresas. Por conta da forte competição, empresas implementam estratégias que buscam alcançar melhores resultados com a mesma força de trabalho ou investem em inovações tecnológicas. No documento denominado Projeto 21, a Sadia, ainda no final dos anos 80, explicita seu modelo de unidade de produção agrícola para a

região, onde preconizava o aumento da escala e a profissionalização, via especialização, dos produtores familiares integrados à agroindústria. Também priorizava produtores de suínos próximos às suas unidades fabris e estimava a diminuição de seu contingente de integrados para menos da metade, no início do presente século. Esta estratégia exemplar foi utilizada por outras agroindústrias nos anos 90.

Mudanças no ambiente institucional resultante da abertura econômica, da desregulação da economia e da integração ao Mercosul levam as grandes empresas agroindustriais de Santa Catarina a ocupar outros espaços do país e do Mercosul nos anos 90. passaram a marcar presença através de parcerias e/ou escritórios comerciais na Argentina e na Europa.

Estas estratégias podem ser vistas como um claro processo de desterritorialização das empresas anteriormente focadas no Oeste catarinense. Paradoxalmente, também ocorreu um processo de reterritorialização por parte destas empresas, que reinvestiram em suas plantas agroindustriais na região Oeste catarinense durante os anos 90 e modernizaram suas unidades para adequá-las à exportação de produtos de maior valor agregado para novos mercados, como o da Europa (MIOR, 2005).

## 2.4 ESTRATÉGIAS DAS AGROINDÚSTRIAS

Segundo Mior (2005), as grandes empresas agroalimentares convencionais do complexo carne iniciaram sua atuação como pequenos estabelecimentos comerciais, operando com produtos agropecuários, especialmente milho, feijão e banha suína, provenientes dos excedentes produzidos pela agricultura familiar. Nos anos 40 e 50, de pequeno comércio passaram à etapa de abate de suínos e ao respectivo processamento de carne suína, que, em seguida, foi ocupando espaço no mercado nacional, como o de São Paulo, o estado mais industrializado do país.

Mior (2005) relata ainda que, com um rápido e contínuo crescimento iniciou-se, nos anos 70 a atividade de produção integrada de aves, que incluiu as primeiras exportações, em meados daquela década.



A produção de aves tornou-se o segmento mais dinâmico da economia regional. Profundamente ligada aos mercados nacionais e externos, hoje a cadeia de produção de aves catarinense disputa mercados internacionais com países como os Estados Unidos e França. Mesmo com todo este dinamismo, o alcance social na produção primária de frangos é pequeno quando comparado ao número de produtores de suínos e de leite. No Oeste de Santa Catarina existem cerca de nove mil agricultores que produzem aves no sistema integrado.

Para Mior (2005), a reestruturação agroindustrial na região, desde os anos 90, pode ser vista como um corolário da primeira reestruturação industrial que ocorreu no final dos anos 70, quando uma série de pequenos frigoríficos foi adquirida pelas grandes empresas (Sadia, Perdigão...). De mais de duas dezenas de unidades, restaram meia dúzia de frigoríficos.

A mesma estratégia foi implementada, incluindo frigoríficos, principalmente, nos outros estados do Sul (Rio Grande do Sul e Paraná). A região Oeste catarinense, Sudoeste paranaense e Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul concentram a produção de suínos na agricultura de caráter familiar. A aquisição de frigoríficos, por parte das grandes empresas convencionais, pode ser vista também como uma estratégia de concorrência por matéria-prima (suínos) e, em última instância, por produtores familiares de suínos. Passada esta etapa, as grandes agroindústrias buscaram novas estratégias para enfrentar o aumento da competitividade do setor.

Pressionadas pela forte competição, empresas implementam estratégias que buscam alcançar melhores resultados com a mesma força de trabalho ou investem em inovações tecnológicas (COOKE et al., 1989 apud MIOR, 2005). A Sadia, ainda no final dos anos 80, explicita seu modelo de unidade de produção agrícola para a região no documento denominado Projeto 21, como referência ao século vindouro. Frente à preocupação com a qualidade e a continuidade das fontes de abastecimento de sua matéria-prima (suínos e aves), o Projeto 21 preconizava o aumento da escala e a profissionalização, via especialização, dos produtores familiares integrados à agroindústria. Também priorizava produtores de suínos próximos às suas unidades fabris e estimava a diminuição de seu contingente de integrados para menos da metade, no início do presente século. Este projeto era um exemplo emblemático do que viria a acontecer no decorrer dos anos 90, como resultado da utilização desta

estratégia por parte das outras agroindústrias. Na área de carnes, os outros grupos, com alguma diferença, também acompanharam a Sadia .

Em outros segmentos da produção regional vêm ocorrendo estratégias parecidas. No caso do fumo, empresas como a Souza Cruz também estabeleceram seu modelo de exploração agrícola para garantir o abastecimento da matéria-prima. Paralelamente a essa estratégia de obtenção da matéria-prima, as grandes empresas implementaram outras ações ao longo da cadeia. A partir de sua base tecnológica e de mercado na área de carnes suínas e de aves, num processo de diversificação horizontal, migraram para o mercado mais amplo de proteínas animais, como foi o caso da carne bovina e peixe. Outra estratégia foi a de ampliar seu espaço de atuação ao longo de toda a cadeia, num típico processo de integração vertical, passando a produzir produtos semiprontos (MIOR, 2005).

Pode-se, assim, afirmar que, de grandes empresas agroindustriais de primeiro processamento, as empresas do complexo carne transfor-maram-se em empresas alimentares de produtos finais. Um exemplo desta estratégia é que cerca de 85% da carne suína é industrializada. Ao produzir produtos prontos, estas empresas passaram a atuar numa estrutura competitiva em que a qualidade e a marca dos produtos, aliada à propaganda e ao marketing, são as principais armas concorrenciais (MIOR, 2005).



### 3 POLITICAS AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

A agricultura passa a conviver com a abertura da economia e a desregulação, a política pública brasileira voltada ao campo começa a dar seus primeiros sinais de diferenciação, com políticas dedicadas a tratar das questões ambientais, de desenvolvimento rural e da produção agrícola (MIOR, 2005).

Segundo Gasques e Villa Verde (1997 apud MIOR 2005), as políticas agrícolas e seus principais componentes podem ser assim classificados: Grupo 1 - Melhoria da produtividade e da competitividade; Grupo 2 - Suporte ao Setor Agrícola; Grupo 3 - Política Fundiária; Grupo 4 - Políticas Regionais Programas/ Projetos de Desenvolvimento Rural; e Grupo 5 - Política de Produtos.

Até os anos 90, apenas dentro do grupo das políticas regionais existia algum espaço para ações mais abrangentes, voltadas ao desenvolvimento do meio rural. Além do pouco espaço para ações voltadas ao meio rural, o seu montante sempre foi pequeno face aos outros tipos de políticas. O volume de recursos alocados para cada um dos cinco grupos de políticas foi decrescente na ordem da listagem. Ou seja, as políticas agrícolas eram formuladas de forma descendente, restando pouco espaço de manobra para os agentes

regionais e locais participarem efetivamente da formulação de programas e projetos de seu interesse.

A formulação e implementação deste conjunto de políticas dava-se basicamente no âmbito do governo federal. O governo federal e seus ministérios da Fazenda e, com menor poder, da Agricultura, passaram a ter que discutir as políticas com o Congresso Nacional (câmara de agricultura e a bancada ruralista), com os grupos de interesses ligados às agroindústrias e com o aumento do poder das associações representativas dos produtores rurais. Ainda, segundo o autor, os pequenos agricultores (representados pela Contag) e os consumidores continuavam ausentes da definição destas políticas.

Embora a ênfase da política agrícola brasileira ainda seja o apoio ao modelo produtivista ou de desenvolvimento agrícola - através de incentivos ao aumento da produtividade e da competitividade agrícola - está havendo uma clivagem da mesma,

na medida em que se passa a implementar, a partir de 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar - Pronaf. Os consumidores continuam ausentes, mas a Agricultura Familiar passa a ser um interlocutor importante na implementação desta política. Além disso, o programa propõe uma explícita descentralização, com aumento da influência dos espaços estaduais, regionais e locais na elaboração e execução de políticas agrícolas. Estas e outras características colocam o Pronaf como algo novo dentro do conjunto de políticas agrícolas elaboradas e implementadas nas últimas décadas.

### 3.1 O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável representa um grande avanço no campo das concepções de desenvolvimento e nas abordagens tradicionais relativas à preservação dos recursos naturais (GUZMAN, 1998).

Uma de suas premissas fundamentais da noção de desenvolvimento (rural) sustentável, segundo Guzman (1998), é o reconhecimento da inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas, noção esta nascida da percepção da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países.

No Relatório Brundtland, citado por Guzman (1998, p. 48):

O desenvolvimento sustentável não é um estado de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras.

A discussão sobre o desenvolvimento sustentável hoje está polarizada entre duas concepções principais: de um lado, o conceito/ideia como sendo gestado dentro da esfera da economia, sendo com essa referência que é pensado o social. Incorpora-se, deste modo, a natureza à cadeia de produção (a natureza passa a ser um bem de capital); de outro, uma ideia que tenta quebrar com a hegemonia do

discurso econômico e a expansão desmesurada da esfera econômica, indo para além da visão instrumental, restrita, que a economia impõe à idéia/conceito (GUZMAN, 1998).

### 3.2 AGRICULTURA E SUSTENTABILIDADE

Vários países latino-americanos engajaram-se na chamada "Revolução Verde", a partir de meados da década de 1960, fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização, criando a idéia que passou a ser conhecida com frequência como aquela do "pacote tecnológico". Os objetivos então estabelecidos eram condizentes com o cenário mundial da época: crise no mercado de grãos alimentícios, aumento do crescimento demográfico e a previsão, a curto prazo, de uma "catástrofe alimentar" que poderia originar convulsões em certas regiões do mundo. Alguns resultados foram obtidos, mesmo que em determinados cultivos/atividades não tenham sido tão significativos.

O padrão tecnológico produtivo americano, conforme Guzman (1998), foi o modelo de todo o ideário da transformação produtiva e tecnológica da agricultura nos últimos 25 anos, particularmente a partir do período expansionista dos "anos do milagre" que caracterizou a economia brasileira do final dos anos 60 em diante.

No plano econômico, ocorreram então, segundo o mesmo autor, a elevação expressiva de rendimentos ou de produtividade de alguns cultivos/atividades, um encarecimento da utilização de insumos e a queda dos preços recebidos pelos agricultores. Verifica-se a redução, ao longo do tempo, da renda dos agricultores, demonstrando também que globalmente ocorre um processo de "engessamento" da agricultura e, paralelamente, uma articulação com setores agroindustriais. No plano ecológico, surgem os problemas relacionados à dilapidação das florestas tropicais e da biodiversidade, à erosão e degradação dos solos agrícolas, à poluição e esgotamento dos recursos naturais não-renováveis, entre outros.

A partir dos anos 70, o modelo "convencional" de agricultura com sua elevada demanda por recursos naturais e energéticos, inclusive de fontes não-renováveis, passou a chamar a atenção de ambientalistas e pesquisadores. Nos Estados Unidos, surgiram alguns estudos que passaram a avaliar o balanço energético de sistemas de produção agrícola convencionais. Estes estudos constataram que o enorme custo de energia externa necessária para a produção de determinados produtos, energia esta geralmente proveniente de recursos não-renováveis como os combustíveis fósseis e o fósforo, tornando ineficiente o seu balanço energético (GUZMAN, 1998).

Entre 1974 e 1975, um estudo comparou o rendimento energético de dezesseis fazendas convencionais com o de dezesseis fazendas alternativas, concluindo que os sistemas alternativos obtinham o mesmo produto com uma demanda energética 2,3 vezes inferior. No Brasil, em São Paulo, em 1980 outro estudo comparou o balanço energético de 21 atividades agrícolas, concluiu que o rendimento energético era de aproximadamente 20%, ou seja, para cada caloria investida obtinha-se 1,2 calorias de retorno. Resultados de estudos, americanos e brasileiros, mostram que a alta dependência de insumos externos é um ponto de fragilidade das explorações agrícolas convencionais.

O qualificativo *sustentável* passa a atrair a atenção de um número crescente de profissionais, pesquisadores e agricultores, no final da década de 1980, na literatura sobre a agricultura mundial, fazendo surgir uma infinidade de definições sobre o termo. Os termos agricultura e desenvolvimento sustentáveis indicam um anseio a um novo paradigma tecnológico que não agrida o meio ambiente, servindo para explicitar a insatisfação com a agricultura convencional ou "moderna". (GUZMAN, 1998).

A estratégia de desenvolvimento agrícola sustentável tem como filosofia neutralizar ou minimizar os efeitos das perturbações antrópicas no meio ambiente.

Essas perturbações, que tornam um agroecossistema "insustentável", são manifestadas quando indicam, segundo Altieri (1987), a redução: (a) da capacidade homeostática, tanto nos mecanismos de controle de pragas como nos processos de reciclagem de nutrientes; (b) da capacidade "evolutiva" do sistema, em função da erosão ou da homogeneização genética provocada pelas monoculturas; (c) da disponibilidade e qualidade de recursos que atendam as necessidades básicas (acesso à terra, água, etc); e (d) da capacidade de utilização adequada dos recursos

disponíveis, principalmente devido ao emprego de tecnologias impróprias.

Abaixo uma definição do que não é agricultura sustentável segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos:

[ela não é] uma ruptura com a agricultura moderna; ...[não é] outro nome para agricultura orgânica; ...[não é] somente para pequenos produtores; ...[não é] somente para propriedades de criação animal; ...[não é] um passo atrás; ...[não é] uma panaceia para todos os problemas ambientais; ...[não é] uma solução completa para todos os problemas de lucratividade agrícola; ...[não é] uma solução para os problemas orçamentários do Departamento de Agricultura.

"Muitas definições de agricultura sustentável incluem a redução do uso de agroquímicos e de fertilizantes sintéticos solúveis, o controle da erosão, a rotação de culturas, a integração lavoura-pecuária e a busca de novas fontes de energia" (EHLERS, 1994 apud ALMEIDA; NAVARRO, 1998, p. 47)

A agricultura sustentável no Brasil, inicialmente estava muito ligada às tecnologias "alternativas" e como resposta aos problemas ambientais e sociais do desenvolvimento das tecnologias "modernas" (ALMEIDA, NAVARRO, 1998). Segundo o Centro de Tecnologias Alternativas Populares, a agricultura sustentável é aquela que está voltada para a produção de alimentos saudáveis para a população, com base em sistemas diversificados que restaurem as condições ecológicas da produção [...] encarando os sistemas agrários como ecossistemas cultivados, cuja reprodução ecológica e social deve balizar os métodos de exploração econômica (CETAP, 1995). Portanto, segundo essa entidade, é uma definição que incorpora a visão ecológica, a perspectiva social e o enfoque sistêmico.

#### 4 A AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é uma forma de produção em que o núcleo de decisões, gerência, trabalho e capital é controlado pela família, não significando pobreza. É o sistema predominante no mundo inteiro. As redes verticais de desenvolvimento rural e a agroindústria familiar rural tiveram uma profunda transformação na forma de operar a partir dos anos 90, sendo importante assinalar o papel das políticas públicas de desenvolvimento rural (MIOR, 2005).

A agricultura, na visão de Mior (2005), passa a conviver com a abertura da economia e a desregulação, e as dificuldades da agricultura familiar cresceram, a mobilização social de segmentos ligados ao campo brasileiro a se fortalece. As políticas públicas para o campo passam por um processo de transformação, apresentam sinais de diferenciação com políticas direcionadas das questões ambientais, de desenvolvimento rural e da produção agrícola, destacando-se programas de apoio à agricultura familiar (Pronaf) e programas de apoio à agroindustrialização de base familiar rural (Desenvolver).

Segundo Gasques e Villa Verde (1997 apud MIOR, 2005, p. 162):

As políticas agrícolas e seus principais componentes podem ser assim classificados: Grupo 1 - Melhoria da produtividade e da competitividade; Grupo 2 - Suporte ao Setor Agrícola; Grupo 3 - Política Fundiária; Grupo 4 - Políticas Regionais Programas/ Projetos de Desenvolvimento Rural; e Grupo 5 - Política de Produtos.

A ênfase da política agrícola brasileira ainda é o apoio ao modelo produtivista ou de desenvolvimento agrícola mas com a implantação do Pronaf começa a haver uma clivagem já que o programa propõe descentralização, aumento da influência dos espaços estaduais, regionais e locais na elaboração e execução de políticas agrícolas (MIOR, 2005).

O objetivo geral do Pronaf é oferecer condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e o incremento da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares.



Os objetivos específicos do Pronaf são ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar; viabilizar a infra-estrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural; fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar; elevar o nível de profissionalização de agricultores familiares, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e de gestão; favorecer o acesso de agricultores familiares e suas organizações aos mercados de produtos e insumos (MIOR, 2005). Através das seguintes linhas de atuação: negociação de políticas públicas com órgãos setoriais; financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios; financiamento da agricultura familiar; capacitação e profissionalização de agricultores familiares.

O crédito rural é o segmento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf - com maior volume de recursos e abrangência. Tem como objetivo principal financiar planos de custeio e projetos de investimento agropecuario individuais, grupais e coletivos. Os critérios de aplicação dos recursos são estabelecidos de acordo como os grupos de agricultores familiares, definidos conforme o nível de renda bruta anual, a utilização de trabalho assalariado e a origem da renda (SANTA CATARINA, 2006).

Com o desenvolvimento do debate acerca da importância da agroindústria como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura (SDR) instituiu o Pronaf Agroindústria, em 1999, que preconizava a formação de conglomerados de agroindústrias, no espaço supramunicipal, interligado com uma unidade central de apoio gerencial que deveria ser o eixo do processo de desenvolvimento rural sustentável (MIOR, 2005).

Mudanças ocorridas no Ministério da Agricultura e a transferência do Pronaf para o Ministério do Desenvolvimento Agrário em 1999, levaram a dificuldades na normatização do Pronaf Agroindústria que perde parte da estrutura e da filosofia que lhe haviam sido conferidas na origem. A falta de interesse em implementar na prática a linha Pronaf Agroindústria faz com que projetos de agregação de valor passem ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Aregar). Os pequenos produtores mais fragilizados acabaram sendo excluídos do grupo já que o Aregar não tem uma concepção de trabalho em rede, financiando

agroindústrias isoladas, exigindo a análise econômica de cada propriedade isoladamente (SCHMIDT, 2000; DORIGON et al., 2000 apud MIOR, 2005).

O Pronaf se propõe a ser um instrumento de passagem de um processo de formulação de política agrícola e desenvolvimento rural centralizado para uma intervenção que mais próxima de uma abordagem descentralizada. Para Mior (2005), a existência de uma bem montada infra-estrutura de apoio, como os Centros de Treinamentos da Epagri distribuídos nas diversas regiões do estado demonstra a importância dada para a capacitação de agricultores no estado de Santa Catarina.

O trabalho das extensionistas sociais da então Acaresc, na década de 80, junto às mulheres agricultoras, que era voltado para a alimentação da família, deu origem a profissionalização de agricultores, essa capacitação era feita nas próprias propriedades dos agricultores. Depois passou a ser nos centros de treinamentos da Acaresc, sem preocupação formal da produção para venda (MIOR, 2005).

A partir de 1980 começou-se a entrar nessa parte de industrialização de alimentos. A gente chamava de conserva de alimentos, conserva de compotas e armazenamento de alimentos, mas era tudo para subsistência familiar. Mesmo a parte de frutas a gente fazia para a subsistência da família, na entressafra. Nas verduras a mesma coisa. Se tivesse um verão muito forte, verdura para consumir, alguns temperos verdes, inclusive, a gente fazia pastas para conservação para consumo da família naquele período que não tivesse produção. A gente começou realmente com o intuito de melhorar a alimentação familiar e consumir o ano todo alguns produtos que são de safra. [...] A questão era única e exclusivamente a alimentação da família. Na época, inclusive, algumas comunidades não tinham energia elétrica. Então o frio a gente não conhecia na época para trabalhar com eles nesse sistema. Então essa parte era de fazer as conservas (MIOR, 2005, p. 173).

Em 1994, no Centro de Treinamento de Chapecó teve início uma etapa de capacitação visando a produção de excedente para a comercialização, até chegar a etapa atual, de agroindústria voltada ao mercado. A área de agroindústria artesanal cresce em importância no programa de profissionalização da Epagri, que é a única instituição a ter unidades didáticas especialmente construídas para a realização de cursos sendo 26% dos cursos profissionalizantes voltados para a agroindústria artesanal (MIOR, 2005).

Em 1996, conforme Mior (2005), aparece a agregação de valor aos produtos e serviços da agricultura familiar como foco de atuação da Epagri junto aos



agricultores familiares. Engenheiros agrônomos e engenheiros de alimentos são incorporados ao projeto para dar apoio técnico e organizacional aos agricultores.

Mior (2005) também relata que em 1999, o governo Estadual estrutura o Programa de Apoio ao Agronegócio Catarinense – PPAC, onde os recursos do Fundo de Desenvolvimento Rural da Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural são destinados para financiar agroindústrias familiares rurais, com objetivo de incentivar o agronegócio para agregar renda à atividade dos produtores rurais e pescadores.

Com o objetivo de atingir a meta de 800 pequenos empreendimentos e 3200 beneficiados, em 2002 o PPAC cria o mutirão interinstitucional de viabilização do pequeno agronegócio familiar catarinense. Constitui um "fluxograma de apoio integrado aos projetos de agregação de valor", constituído por entidades das diversas escalas de intervenção do poder público aliada à participação das representações dos agricultores, significando mudança nas formas de regulação da atividade de produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos. Uma visão multisetorial que procura integrar várias dimensões (MIOR, 2005).

O Propagro, Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar e Pesqueira foi instituído em 1998 pela Lei Estadual n. 10.731, prevê incentivos financeiros para a criação de agroindústrias familiares. A mesma lei também cria "o selo de qualidade "Sabor Colonial" para as empresas que atendam às questões legais, tributárias, ambientais e sanitárias, isentando-as de taxas públicas estaduais". Os agricultores deverão se enquadrar nos critérios de agricultor familiar adotados pelo Pronaf para ter acesso a estes benefícios (MIOR, 2005).

O processo de descentralização política e administrativa no Brasil durante os anos 90, leva a agricultura, o abastecimento alimentar e a sua regulação a ser atribuição crescente de estados e municípios, ocorre também a municipalização da vigilância sanitária, a criação de serviços estaduais e municipais de inspeção de produtos de origem animal, criação de uma legislação específica para agroindústrias artesanais, e novos projetos de apoio a estabelecimentos de pequeno porte. Mior (2005, p.181) acrescenta que na Lei "Normas Sanitárias para a Elaboração e Comercialização de Produtos Artesanais Comestíveis de Origem Animal e Vegetal" os critérios para classificar a agroindústria em artesanal são o da pequena escala de produção (volume de matéria-prima processada) e as características tradicionais e culturais regionais do respectivo produto.

Inicialmente, a partir da promulgação da constituição de 1988, ocorre a descentralização da saúde, através da implantação do Sistema Único de Saúde. Com esta descentralização, os estados e, principalmente, os municípios, passam a ser responsáveis também pela vigilância sanitária. Ao repassar a atribuição da vigilância sanitária aos municípios sem os serviços correspondentes de inspeção sanitária no âmbito municipal, criou-se um vazio, na avaliação de técnicos do setor: Havia um vácuo. Se nós temos que fiscalizar que não pode vender produto não inspecionado no município, e nós não temos produto inspecionado no município [...] (MIOR, 2005, p. 182).

Mior (2005, p. 182) assinala que Chapecó foi um dos “municípios pioneiros na implantação do Serviço de Inspeção Municipal em produtos de origem animal, em 1993. Foi nesse movimento que muitos municípios da região passaram a estruturar o Serviço Municipal de Inspeção de produtos de Origem animal (SIM)”. Mesmo assim, a maioria deles não tem o serviço estruturado. Há uma experiência em que três municípios vizinhos cotizaram os custos da inspeção veterinária, e essa pode se mostrar uma alternativa.

A constituição do serviço de inspeção estadual para produtos de origem animal - SIE -, em Santa Catarina:

Deu-se em 1994, também em decorrência da descentralização que ocorreu no Brasil, embora tivesse havido a descentralização da Inspeção Federal (SIF) para Estadual - SIE, não houve avanços no sentido de flexibilizar as exigências adequando-as às características da pequena agroindústria familiar. Esta legislação tanto federal como estadual foi qualificada como convencional e adequada às grandes estruturas agroindustriais e, na sua maior parte, voltada a produtos de exportação, provocando aumento da informalidade que ela deveria coibir (Abramovay 2005, p. 181).

#### 4.1 A TRAJETÓRIA RECENTE DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL

O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e serviços e a abertura de novos mercados abrangendo a reconfiguração dos recursos rurais. A reconfiguração das agroindústrias familiares abrange mudanças internas da unidade de produção agrícola associadas às alterações no contexto socioeconômico e institucional mais amplo de inserção. A reconfiguração das agroindústrias familiares é entendida como parte do processo de transformação da estrutura e funcionamento

da agricultura familiar regional. Ela abrange mudanças internas da unidade de produção agrícola associadas às alterações no contexto socioeconômico e institucional mais amplo de inserção. Clara evidência desta reconfiguração é a transformação da atividade de valor de uso em uma atividade com valor de troca, como uma importante estratégia para a reprodução da unidade de produção familiar.

Para Mior (2005) mão-de-obra das mulheres agricultoras e seu conhecimento dos métodos de processamento de alimentos passam a ser fundamentais para o êxito da atividade de agroindustrialização e a renda gerada pela atividade de agregação de valor passa a dividir importância com tradicionais fontes formadoras de renda da propriedade.

A agroindústria familiar rural passa de atividade informal para legalizada perante as diversas esferas da regulação da produção de alimentos, pois, com o processo de descentralização da inspeção e a constituição dos serviços estaduais, houve uma crescente pressão para a regularização destes empreendimentos familiares rurais (MIOR, 2005).

As agroindústrias familiares rurais necessitam dar mais um passo na mobilização de recurso, associado ao processo de legalização das agroindústrias familiares rurais está a construção e evolução das redes de desenvolvimento rural tecidas pelas organizações dos produtores rurais, essas novas formas de organização estariam adotando uma forma de governança baseada nos valores locais, sociais e ecológicos.

A ação estratégica da agroindústria convencional acaba influenciando no padrão de desenvolvimento da agroindústria familiar. Os efeitos da busca continuada de estabilização da rede, pela ação da agroindústria convencional, podem ser sentidos pelos produtores familiares integrados que percebem diminuídas suas possibilidades de integração junto à agroindústria. Indiretamente, na ampliação ou diminuição dos espaços de mercado para a agroindústria familiar rural ou, ainda, através de seu efeito sobre a economia rural e regional e o impacto sobre os níveis de consumo de alimentos refere (MIOR, 2005).

Junto com o processo de exclusão da integração agroindustrial, está ocorrendo o êxodo rural, que contribui para a urbanização regional e favorece o surgimento e a ampliação de mercado para produtos coloniais. Esses processos estão na base de

uma renovada ação estratégica por parte dos novos agentes regionais e dos agricultores familiares que buscam reinserir social e economicamente seus territórios.

Embora haja uma certa divisão de mercado entre as indústrias alimentares convencionais e as familiares rurais, também existe concorrência entre os dois modos de ordenar a produção de alimentos (MIOR, 2005 ).

A presença de empresas que fornecem toda uma gama de serviços, máquinas, equipamentos, insumos para a concretização de agroindústrias, ao mesmo tempo em que apoia a emergência das agroindústrias familiares, tem um efeito ambivalente sobre o desenvolvimento dos estabelecimentos familiares e artesanais, pois os insumos e maquinários foram desenvolvidos para produtos industriais convencionais e não para produtos coloniais afirma (MIOR, 2005).

Segundo Altmann (1997), em Santa Catarina, a cadeia produtiva da suinocultura seria composta de três subsistemas:

O subsistema artesanal formado por pequenos suinocultores que produzem para a subsistência e comercializam o excedente, pelos pequenos frigoríficos sem inspeção e com inspeção estadual, e pela distribuição formada por açougues, mercearias, vendedores ambulantes, feirantes e pequenos varejistas. Segundo Mior (2005) este subsistema foi enfraquecido pelo processo de modernização e concentração da estrutura industrial, inclusive pela exigência da legislação sanitária que, transformou-se numa barreira de entrada aos pequenos frigoríficos.

O subsistema industrial é formado por empresas que não têm um grande abate e, aquelas que não têm um sistema de integração organizado. O subsistema de planejamento formado por grandes agroindústrias que passam a integrar os maiores produtores e que têm uma relação com os mercados nacional e internacional.

Enquanto a agroindústria convencional seria a última a saber das exigências dos consumidores, a agroindústria familiar teria a possibilidade de ter este *feed back* imediato pela sua interação direta com o consumidor. Esta possibilidade depende do nível de confiança e de reciprocidade que se estabelece entre o consumidor e os agricultores protagonistas da agroindústria familiar. Os agricultores que experimentam processos de agroindustrialização ressaltam em seus depoimentos, a

importância das relações de proximidade na construção de seus empreendimentos, a valorização do trabalho, e a responsabilidade perante o consumidor (MIOR, 2005).

Em seu trabalho, Wherle (2002) afirma que é grande o número de instituições, organizações e indivíduos que apontam, como causas para os problemas do desenvolvimento rural, uma persistente injustiça social e de relações desfavoráveis de intercâmbio internacional, e principalmente de equivocados modelos tecnológico-produtivos na América Latina. Os equívocos destes modelos é o fato de não levarem em consideração o aproveitamento ótimo e racional dos recursos locais disponíveis, incluídos os humanos, são dependentes de insumos externos, não respondem às realidades diversas e particulares e muito diferentes das dos países de origem destes modelos.

Modelos tecnológico-produtivos que têm agravado catastróficamente os graus de erosão e perda da fertilidade dos solos, incrementado as pragas e doenças, alterado e provocado o colapso dos ciclos hídricos, reduzido o volume e a diversidade biológica e a desertificação, colocando em grave perigo o desenvolvimento futuro. O autor conclui que em quase todos os países latino-americanos, a atividade econômica de maior destruição das bases para o desenvolvimento futuro é a própria agricultura (WHERLE, 2002).

Toda esta situação precisa ser mudada e para isso urge a difusão e a aplicação do resgate e vigorização dos sistemas de cultivos originais, de formas de produção sustentável, que conservem os recursos, que sejam eficientes e competitivas, e baseadas nos princípios ecológicos. Fundamentais para permitir uma alta eficiência no aproveitamento dos recursos renováveis e localmente disponíveis como a abundante energia solar que pode converter-se em energia vegetal e a energia humana.

Wherle (2002) assevera ainda que na América Latina, muitas experiências mostram que as práticas agroecológicas são uma necessidade substancial especialmente para os pequenos agricultores. Estudos comprovam que os sistemas agrícolas tradicionais, unidos com os critérios ecológicos, resultam em baixos custos e a são, longo prazo, mais produtivos que os sistemas convencionais extrativos.

Na década de 1980, iniciativas e experiências agroecológicas em diversos pontos da América Latina, foram criadas e em sua maioria realizadas dentro de projetos de desenvolvimento rural, estimularam o acordo de um trabalho coordenado

sobre o tema na região, devido a resultados alentadores obtidos em alguns casos, o interesse por um maior intercâmbio e interação, bem como a disposição à promoção agroecológica dentro das estratégias de desenvolvimento rural (WHERLE, 2002).



## 5 AGRICULTURA ORGÂNICA

Se o desenvolvimento sustentável surge para encarar a crise ecológica tornando compatível níveis de consumo que satisfazem as necessidades de toda a humanidade, dentro dos limites ecologicamente possíveis, parece razoável encontrar suas origens naquelas estratégias que enfrentam as causas últimas de tal crise. Tais causas últimas estão claramente vinculadas ao processo de apropriação da natureza (GUZMAN, 1998, p. 22).

A agricultura orgânica tem-se expandido rapidamente em decorrência da crescente preocupação da população com a qualidade dos alimentos que consome, pela insegurança provocada pelas crescentes crises alimentares por contaminação e também visando à preservação do meio ambiente. Atualmente, mais de 17 milhões de hectares estão sob *manejo orgânico no mundo* (SANTA CATARINA, 2006).

A estratégia agroecológica poderia ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, permita projetar métodos de desenvolvimento sustentável. Isso se realiza através de um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica que reconduza o curso alterado da evolução social e ecológica, mediante o estabelecimento de mecanismo de controle das forças produtivas para frear as formas de produção degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica. Em tal estratégia, desempenha o papel central da dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativa potenciadores da biodiversidade ecológica e sociocultural (GUZMAN, 1998, p.28).

Em comparação com a agricultura convencional, a agricultura orgânica proporciona numerosas vantagens ambientais (preservação do meio ambiente, aumento da biodiversidade, conservar o solo e os recursos hídricos), econômicas (renda) e sociais (geração de empregos, segurança alimentar, a utilização de materiais alternativos e disponíveis em nível local e a produção orgânica *proveniente da* agricultura familiar vem ganhando incentivos, principalmente por parte dos consumidores, cada vez mais conscientizados dos seus benefícios (SANTA CATARINA, 2006).

Um levantamento feito demonstra que 87,1% dos agricultores orgânicos produzem em áreas próprias, e apenas uma pequena parcela realiza algum tipo de parceria em área própria ou de terceiros.

Interessante observar que, uma parte das propriedades que produzem alimentos orgânicos está em transição do sistema de agricultura convencional para o sistema orgânico de produção. Essa transição gradativa se deve ao fato de não haver subsídios do governo para o período de conversão do sistema convencional para o orgânico, nem linhas de crédito específicas para a agricultura orgânica.

Uma das frutas mais cultivadas no estado é a banana orgânica, com uma produção de 2.524,58 quilos, seguida pela laranja, com uma produção de 586.850 quilos, cultivada por 135 produtores orgânicos, principalmente para a fabricação de suco orgânico. Outras frutas, como o pêssego, maçã e uva, também apresentam perspectivas promissoras (SANTA CATARINA, 2006, p.14).

Fatores como o uso intensivo de mão-de-obra, a diminuição da produtividade no início da produção e os *custos de certificação fazem com que*, de maneira geral, o preço médio pago pelos produtos orgânicos seja maior que o dos produtos da agricultura convencional.

Produtos orgânicos transformados ainda são produzidos em pequena escala, principalmente pelo fato de seu consumo ser bastante recente e ainda de pouca expressão, sendo o açúcar o derivado mais produzido, envolvendo 98 produtores orgânicos também a *produção de conservas, geléias e doces* é outra classe de derivados *que envolve um grande número de famílias* (SANTA CATARINA, 2006).

A atividade animal, de acordo com os princípios da agricultura orgânica, deve estar integrada à produção vegetal, visando à otimização da reciclagem dos nutrientes (dejetos animais, biomassa vegetal), uma maior independência dos insumos externos (rações, adubos orgânicos) e a potencialização de todos os benefícios diretos e indiretos advindos dessa integração, sendo *A classe de produtos orgânicos de origem animal transformados com maior destaque os laticínios*, principalmente o queijo e a manteiga, já a produção de mel orgânico atingiu é a terceira maior renda bruta dos derivados, envolvendo 85 produtores familiares.

A instrução Normativa n. 7, de 17 de maio de 1999, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento regula a forma de condução do rebanho e o tratamento aplicados. A criação ao ar livre e semiconfinado é a forma de manejo mais utilizada pelos produtores pesquisados, com exceção da criação de suínos que se faz em sistema confinado. Segundo a Normativa, quanto ao manejo deve-se, entre outras recomendações,



respeitar o bem-estar animal e dispor de instalações higiênicas, funcionais e confortáveis e de acordo com a pesquisa, a maioria dos produtores utiliza tratamentos naturais (homeopatia, fitoterapia, acupuntura) na criação animal, porém entretanto, na bovinocultura (de corte, leite) e suinocultura, ainda um grande percentual de produtores utiliza o tratamento aipoático (químico) em combinação com o natural, *para a conservação do solo e da água pelos agricultores são mais utilizados a cobertura verde, a cobertura morta (práticas fundamentais para melhorar e conservar o solo), a preservação da mata nativa, o consórcio de culturas, a rotação de culturas (que proporciona o melhor aproveitamento dos nutrientes, diminui o número de pragas e doenças e aumenta a biodiversidade de espécies) e a manutenção e preservação dos mananciais (SANTA CATARINA, 2006).*

Nas propriedades pesquisadas, O principal componente da adubação é o esterco, que nem sempre é produzido na propriedade, podendo ser adquirido de outras propriedades que não utilizam o manejo orgânico, a cama de aviário, apesar de excelente, pode conter resíduos de antibióticos, que são indesejáveis, pois podem ocasionar a interferência no processo de humidificação e sua absorção pelas plantas, também são utilizados calcário e as cinzas. controle de pragas e doenças é feito com a utilização de calda bordalesa e/ou sulfocálcica e de extratos de origem vegetal, biofertilizantes (material orgânico que sofreu um processo de fermentação). Os biofertilizantes apresentam ações múltiplas que liberam nutrientes para as plantas, substâncias orgânicas e microorganismos vivos que podem atuar como controladores de parasitas. Já o controle de plantas invasoras é feito através da cobertura morta e verde e do controle manual, o que implica uma grande necessidade de mão-de-obra (SANTA CATARINA, 2006).

A maioria dos agricultores utiliza sementes orgânicas e convencionais já que a oferta de sementes orgânicas ainda não consegue suprir a necessidade do mercado, em virtude de ser a atividade da agricultura orgânica ainda recente no estado, ainda é tolerado o uso de sementes e mudas de origem convencional.

A maior parte dos produtores comercializa diretamente ao consumidor, em feiras livres, com exceção dos grãos, que são comercializados pela maioria dos produtores junto a distribuidores e atacadistas e O principal local de destino da maior parte da produção orgânica de Santa Catarina é o próprio município onde é produzido, Os grãos, o *leite* e as frutas são os principais produtos destinados a *outos* estados e para o exterior, são comercializadas plantas medicinais, frutas e grãos.

No ano de 2001, o levantamento indicou a existência de 241 produtores certificados, o que corresponde a 34,14% do total levantado, sendo 68,04% do total de produtores certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia,, que possui um sistema de certificação participativa, ou seja, a responsabilidade de garantir qualidade do produto não é somente do técnico, mas também do agricultor e do consumidor. O Instituto Biodinâmico (IBD) certifica no estado 34 propriedades, e a Fundagro (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável) certifica 30 propriedades, em Santa Catarina atuam nove certificadoras, das quais três são locais (Rede Ecovida, Associação Orgânica, Fundagro) (SANTA CATARINA, 2006).

No Brasil, os principais órgãos certificadores nacionais são o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento (IBD), a Associação de Agricultura Orgânica (AAO), a Cooperativa Colmeia, do Rio Grande do Sul, a Associação de Agricultura Natural, de Campinas (ANC), a Fundação Mokiti Okada (MOA), do estado de São Paulo, a Associação de Agricultores Biológicos (Abio), do Rio de Janeiro, a Assesoar e a Associação de Agricultura Orgânica (Aopa), no Paraná, a Rede Ecovida de Agroecologia, Associação Orgânica e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Santa Catarina (Fundagro). Também certificadoras internacionais, como a Ecocert (França), a BCS Öko Garantie (Alemanha) e a FVO (USA) estão operando no País. Para um produto receber o selo de produto orgânico, ele deve ser produzido segundo um sistema que obedeça à Instrução Normativa n. 7. Em Santa Catarina foi aprovada a Lei n. 12.117, de 7 de janeiro de 2002, regulamentando a certificação de produtos orgânicos (SANTA CATARINA, 2006, p. 9).

A mão-de-obra familiar, que totaliza 452.759 dias trabalhados, correspondendo a 88% da mão-de-obra destinada à agricultura orgânica, predomina nas propriedades de produção orgânica de Santa. A agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural, porém para *sobreviver, muitos agricultores familiares dependem de rendas externas* ao estabelecimento agrícola já que uma parte das pessoas ocupadas na agricultura familiar não consegue obter renda mínima unicamente por meio de seus estabelecimentos.

A grande maioria dos produtores orgânicos está ligada a algum tipo de organização associativa. A exceção é a região da Grande Florianópolis, onde a maioria dos produtores não pertence a associações. Destaca-se a grande participação em cooperativas agrícolas de comercialização e crédito na região serrana,. Cooperativas de crédito, e *outros tipos de associações* no sul do estado (SANTA CATARINA, 2006).

Cerca de 80,5% dos agricultores recebe algum tipo de assistência técnica regular ou esporadicamente (menos de seis vezes ao ano) geralmente a recebem de mais de uma instituição. Sendo as principais fornecedoras de assistência técnica as organizações não-governamentais e a empresa estatal Epagri.

A maioria dos agricultores (92,20%) financia a produção orgânica com recursos próprios. As principais fontes externas de recursos declaradas foram o Pronaf, com 40% dos produtores que obtiveram alguma modalidade de empréstimo. A segunda fonte foram as cooperativas de crédito, que emprestaram para cerca de 7% dos produtores (SANTA CATARINA, 2006, p. 37).

A maioria dos produtores orgânicos de Santa Catarina (85%) não possui serviços de inspeção SIF (Serviço de Inspeção Federal), SIE (Serviço de inspeção Estadual) e SIM (Serviço de Inspeção Municipal). Esse estudo constatou que a comercialização foi o segmento da cadeia produtiva em que os agricultores orgânicos possuem maior dificuldade. Aponta também que o principal fator motivador para a adesão à agricultura orgânica pelos agricultores orgânicos de Santa Catarina é econômica (42%). A existência de mercado, fator ligado a este último, motivou 4,7% dos produtores. A saúde do consumidor e as razões ecológicas também aparecem como importantes fatores de motivação (SANTA CATARINA, 2006).

## 5.1 O PAPEL DAS ONGS NA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Em seu trabalho, Ribeiro (2002), refere-se à ONG como a organizações que partem de um compromisso com modelos de desenvolvimento ecológica e *socialmente* sustentável, e não somente de um enfoque técnico de cuidado e conservação do ambiente.

Para Ribeiro (2002, p. 153):

O papel fundamental das ONGs no novo desenvolvimento de formas de agricultura sustentável é o de articular os múltiplos aspectos que vão da transdisciplinaridade de enfoques até a articulação de níveis da organização social que não se comunicam facilmente entre si, tanto vertical como horizontalmente.

Para Ribeiro (2002, p. 153-158), nas últimas décadas o modelo dominante na agricultura sustentável e desenvolvimento rural provocou e intensificou a fragmentação real e cognitiva da realidade algumas dessas rupturas, as ONGs têm a potencialidade de desempenhar um papel articulador:

**a) *Separação entre o urbano e o rural.***

Há uma dependência do rural em relação ao urbano, no terreno das decisões políticas, nas pressões do mercado, tanto pelas escolhas de consumo como pela fixação de preços, sistemas de distribuição e comercialização dos produtos agrícolas.

Por sua vez isto se reforça através de uma valorização da cultura rural, em favor da cultura urbana e particularmente metropolitana. Todo um processo de imposição cultural que oculta um socioetnocentrismo empobrecedor.

Essas relações de dependência em nível nacional repetem-se no plano internacional, determinando que os atores diretos da produção agrícola fiquem cada vez mais fragmentados e marginalizados da possibilidade de tomar as decisões que dão forma à sua vida, tanto no plano do trabalho e econômico como no social e cultural.

Neste terreno, no entanto, a única relação de dependência necessariamente dada por ser de caráter funcional é a necessidade do ser humano de prover-se de alimentos. A agricultura está na base de *qualquer* modelo de sociedade, além de ser uma das atividades primárias que mais caracteriza os seres humanos e sua capacidade específica de criar cultura.

Devido à dependência assimétrica entre o urbano e o rural, este papel articulador deverá preocupar-se com a revalorização das culturas locais, sobretudo nas próprias localidades, mas também dirigido à sociedade em geral, através de atividades de difusão e mecanismos concretos que permitam aos produtores rurais mudar a relação de dependência. Nesse sentido, não se trata somente de aspectos técnicos, mas também de resgatar o recriar de uma autovalorização por parte dos próprios produtores e de seu papel na sociedade. Esta tarefa está unida à obtenção de melhores condições de vida para os agricultores, tanto no sentido econômico como no organizativo e associativo, e às possibilidades de recuperar influência e

poder de decisão sobre sua própria vida. Isso também nos faz refletir sobre as formas dos assentamentos humanos que realmente possam albergar uma sociedade ecologicamente sustentável. As cidades atuais como explosão da desordem, e a vida rural esvaziada de sua riqueza potencial ao reduzir-se em uma mera fornecedora de matérias-primas para um mercado anônimo e distante, parecem totalmente inadequadas para este fim.

**b) Outra tarefa da articulação se refere à separação que existe atualmente entre produtores e consumidores.**

Ela não se expressa somente no setor rural, já que também se pode dizer o mesmo de praticamente todas as atividades produtivas. As atividades exclusivamente associativas, como poderiam ser a defesa dos consumidores ou dos produtores, podem levar frequentemente a esquecer a interdependência entre ambos. Todos somos produtores e consumidores, papéis que nos incutem, mas em diferentes atos. Uma defesa parcializada dos direitos dos consumidores para obter produtos aparentemente mais baratos, sem assumir a qualidade de vida e permanência sustentável dos produtores em suas atividades, pode levar a limitar seriamente este mesmo direito nos produtores, que também são consumidores.

Uma defesa dos agricultores somente no sentido econômico e sem levar em conta a saúde e o meio ambiente atenta contra os próprios produtores e, em geral, contra todos os consumidores.

Nesse sentido, é necessária uma articulação através da educação em relação aos consumidores, por exemplo, de por que é necessário e socialmente melhor consumir produtos locais e produzidos ecologicamente. E buscar formas de criar articulações entre consumidores e produtores que evitem intermediários e signifiquem um benefício comum para ambos papéis.

**c) A industrialização crescente da agricultura.**

Convertendo-a em uma atividade de empresas cada vez maiores, que por sua vez se auto-alimentam (produzindo sementes, insumos químicos, e através da engenharia genética e das patentes, literalmente apropriando-se dos recursos básicos para a produção), assim como a concentração de atores na distribuição, processamento e controle de mercado leva a uma das mais perigosas fragmentações: a agricultura como atividade que produz lucros e não como a atividade



básica que nos fornece alimentos. Assim, ameaça-se seriamente a segurança alimentar. A maioria dos países produtores de alimentos não satisfaz as necessidades de sua própria população. Produz alimentos e, ao mesmo tempo, fome. Um papel das ONGs é mostrar o contexto da agricultura em seu sentido mais amplo, tarefa dificilmente encarada a partir de outros âmbitos, com interesses limitados e limitantes.

***d) Fragmentação do conhecimento e das possibilidades de cada ecossistema.***

Os recursos naturais que podem ser utilizados de forma ecológica e socialmente sustentável e as exigências produtivas reais de acordo com padrões de consumo equitativos com as gerações presentes e futuras. Ainda que a tarefa de definir uma relação sustentável entre estes elementos devesse ser um aspecto fundamental da sociedade e da cultura, o papel específico das ONGs seria o de resgatar a necessidade de que todos esses fatores sejam levados em conta, e apontar ou vincular os que possuem ou podem desenvolver conhecimento sobre eles. Nesse sentido, a tarefa seria obter uma adequada articulação entre conhecimento dos agricultores e o conhecimento sistematizado em nível universitário e de órgãos de pesquisa e as políticas agrícolas que são necessárias para o atendimento destes aspectos.

***e) Uma condicionante fundamental da agricultura sustentável é a biodiversidade agrícola e sua interação permanente com a biodiversidade silvestre.***

Os atores históricos da conservação dinâmica da biodiversidade agrícola têm sido os pequenos agricultores, através de métodos de seleção massal, adequação a diferentes tipos de solo e do florescimento das culturas locais.

O reconhecimento deste fato, e da necessidade da biodiversidade para a agricultura sustentável, ainda que cada vez mais difundido, tem dificuldade de instrumentação em políticas práticas que o afirmem e o protejam. A biodiversidade agrícola está ameaçada através da erosão genética, pela redução da base das espécies e variedades empregadas, substituídas por híbridos. A diminuição permanente dos pequenos agricultores, devido a políticas agrícolas e acordos comerciais internacionais, também contribui para esta uniformização na agricultura,

assim como o corte dos fluxos de intercâmbio naturais e culturais através do patenteamento.

O papel das ONGs e movimentos sociais na informação pública destas realidades tem sido fundamental. Mesmo assim, existem projetos propositivos que vão além da crítica e estão dando uma importante contribuição. É marcante o trabalho do projeto *Desarrollo y Conservación de Biodiversidad en Comunidades de Pequeños Agricultores*, coordenado pelo CET (Centro Educação e Tecnologia, Chile), bem como o trabalho da Rede Sementes, no Brasil. Mas também a ação de organizações internacionais como GRAIN (Ação Internacional por Recursos Genéticos) e RAFI (Fundação Internacional para o Progresso Rural).

#### ***f) Nos aspectos tecnológicos.***

As ONGs foram pioneiras em resgatar e/ou propor *tecnologias social e ecologicamente sustentáveis* para a agricultura, em alguns casos através da capacitação direta, em outros através da recuperação ou do apoio a processos de produção agrícola tradicionais. Este papel, que foi assumido pelas ONGs, deveria cada vez mais ser desempenhado pelos âmbitos de formação institucionalizados, tanto em nível de escolas agrícolas e universidades, como através do apoio a agricultores que desenvolvem estas tecnologias e podem transmiti-las a outros. O papel das ONGs neste caso foi a introdução da temática e a promoção destas tecnologias para serem adotadas ou recuperadas pelos próprios agricultores, revalorizando em alguns casos as tecnologias tradicionais existentes. Esta tarefa, para ser sustentável, não pode realizar-se como transferência de um pacote tecnológico, mas sim inserir-se no resgate das culturas locais e no apoio a formas associativas dos próprios produtores que lhes permitam não somente aprender técnicas, mas também apropriar-se dos conhecimentos, desenvolvê-los e desenvolver outros elos da atividade agrícola, além da produção direta.

#### ***g) Revalorização do papel da mulher na agricultura.***

O reconhecimento de seu trabalho como igual ao do homem, e as contribuições específicas, por exemplo, na conservação da biodiversidade.

#### ***h) Intercâmbios horizontais entre produtores em nível regional.***

Assim como entre técnicos. O intercâmbio entre produtores foi, em nossa experiência, um dos fatores mais frutíferos em termos concretos de trabalho e

também na inspiração e revalorização de seu papel na sociedade. Junto ao apoio organizativo e técnico, é sem dúvida um recurso de grande importância para a multiplicação de experiências de agricultura ecológica e para o desenvolvimento de bases para a sociedade e cultura ecológicas.

***i) Crítica pública e influência de políticas, tanto em nível nacional como internacional.***

Nesse sentido, muitas ONGs que participaram na elaboração dos "Tratados Alternativos de Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar" seguiram vinculadas informalmente ao que se denomina Grupo Internacional de Trabalho sobre Agricultura Sustentável. Através deste grupo, que intercomunica ONGs de todos os continentes, trabalhou-se intensamente na influência da formulação dos capítulos 14 (Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentáveis) e 32 (Papel dos Agricultores) da Agenda 21 das Nações Unidas. Recentemente, na sessão 1995 da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU, trabalhou-se sobre o capítulo 14, conseguindo que se introduzisse tanto a necessidade de participação dos agricultores na definição de políticas sobre agricultura sustentável, como a necessidade de realizar um monitoramento dos impactos da Ronda Uruguay do GATT sobre a mesma. Também a partir deste grupo resgatou-se a necessidade de fornecer à Agenda 21 um marco referencial de agricultura sustentável, e se criticaram as tentativas de associar as novas biotecnologias a este conceito.

***j) No âmbito da pesquisa.***

As ONGs também têm desempenhado um papel importante, fundamentalmente articulando e introduzindo temas e *contatos entre instituições de pesquisa agrícola e produtores agrícolas* e encarregando-se da difusão dos resultados destes trabalhos. Devem ser destacadas as contribuições de órgãos como CLADES (Consórcio Latino-americano sobre Agroecologia e Desenvolvimento) e RIAD (Rede Interamericana de Agricultura e Desenvolvimento).

***1) Reformulação das análises e políticas econômicas.***

Uma reformulação que rompesse os limites da análise puramente "crematística" - baseada nos preços de mercado - avançando para uma visão de economia ecológica que leve em conta os verdadeiros custos ambientais, energéticos e sociais das diferentes atividades. Ainda que isto não seja aplicável



somente no setor agrícola, é nele particularmente que se reveste de grande importância: se fosse realizada, por exemplo, uma contabilidade energética da agricultura convencional, a mesma mostraria suas enormes desvantagens frente à agricultura ecológica, uma vez que neste tipo de contabilidade a grande maioria dos sistemas agrícolas convencionais obtêm um resultado negativo, porque a energia investida é maior que a produzida.

**m) *Indicadores da agricultura sustentável.***

Este tema adquire importância para a definição de políticas. E não pode nem deveria ser uma tarefa de técnicos, uma vez que é novamente necessário um papel vinculador e articu-lador para conseguir que sejam definidos a partir das bases.

**n) *Promotores, vinculadores, facilitadores em um sentido dinâmico .***

O papel das ONGs não deveria ser reduzido ao de técnicos ou assessores, em um sentido simples, mas ao de e que possibilite a expressão e organização autogestionada dos diferentes atores sociais da agricultura sustentável e sua interrelação.

Um dos papéis fundamentais das ONGs no tema da agricultura sustentável foi sua função *pioneira* na introdução e/ou resgate de sua necessidade e valorização, bem como a denúncia dos efeitos da "Revolução Verde".

Para Guzman (1998), desenvolvimento sustentável consiste em potencializar esquemas de desenvolvimento que têm como objetivo a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades.

## CONCLUSÃO

A agricultura orgânica apresenta grandes vantagens, como a preservação do meio ambiente; uso de mão-de-obra local, a segurança alimentar.

Existe hoje uma crescente demanda do mercado interno e externo por produtos orgânicos, devido, principalmente, à preocupação dos consumidores com a segurança alimentar e o meio ambiente;

Uma grande limitação na consolidação da agricultura orgânica é a falta de linhas de crédito específico principalmente durante o período de transição, também limitam a atividade, o insuficiente trabalho de capacitação e a insuficiência de assistência técnica permanente, custo elevado para certificação da produção, falta de política estadual específica para apoiar os produtores familiares orgânicos, pouca divulgação das iniciativas de associações e grupos de agricultores que trabalham com agricultura orgânica.

Estudos que permitam obter indicadores técnicos, econômicos, sociais e ambientais que possibilitem comparar diferentes graus de sustentabilidade dos sistemas de produção orgânica no Estado de Santa Catarina devem ser realizados para subsidiar a concepção de políticas efetivas de apoio para este setor.

## REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecology the scientific basis of scientific of alternativa agricultura**. Oxford: Oxford Basil Blackwel, 1987.

ALTMANN, R. **A agricultura familiar e os contratos**: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores. Florianópolis, 1997.

CETAP. CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável** (versão preliminar) Pontão: CETAP, maio 1995.

COLEMAN, James S. **Foundations of social theory**. Cambridge, Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

DURAN, Ramón Fernandez. **La explosión dei desorden**. Madrid: Dunda-mentos, 1994.

GUZMAN, E. Sevilha; MIELGO, A. Alonso. **Sobre el discurso ecotenocrático dei desarrollo sostenible para los ricos y la respuesta agroecológica**. Trabalho apresentado no Foro Alternativo: Las otras vocês dei planeta. Encontro Mundial de Movimentos Sociais e ONGs, em resposta ao 50 - aniversário da criação do FMI, BM e GATT, Madrid, 26 set. a 1 out. 1994.

GUZMÁN, EDUARDO S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MUSSOI, Eros Marion. Agricultura familiar: Reflexão a partir de novas perspectivas. In: VIEIRA, Paulo F (org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.

NEAD/MDA. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural.

*Economia Aplicada*, n. 2, v. IV, p. 379-397, abr./jun. 2000.

RIBEIRO, Sílvia. Elementos para uma elaboração sobre o papel das ONGs na agricultura sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

SANTA CATARINA. **A agricultura orgânica em Santa Catarina**. 2006.

WHERLE, ANDRÉS. O movimento agroecológico da América Latina e do Caribe (MAELA): por uma nova face para nossa agricultura. In: VIEIRA, Paulo F (org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.